

MEMÓRIAS DE ÍNDIA: UMA LEITURA DA LITERATURA INDÍGENA DE SULAMI KATY

Wesley Henrique Alves da Rocha¹

RESUMO

Sulami Katy é uma escritora indígena que, em sua obra infanto-juvenil, *Meu lugar no mundo* (2005), traz relatos autobiográficos de diversos elementos de sua cultura e de duas viagens feitas por ela. Assim, somos convidados a voltar nossos olhos àqueles que, em geral, observam os índios com as lentes eurocêntricas. Além disso, sua obra nos permite entrever questões de gênero e raça em comparação à cultura indígena e não-indígena, evidenciando também a memória como pedra basilar de sua construção literária, objetivando a (re)afirmação da identidade, resistência e luta.

Palavras-chave: Memória. Gênero. Raça. Literatura Indígena.

Literatura de autoria indígena: reflexões breves

A literatura de autoria indígena ganhou maior destaque nos anos 1990 e, hoje, se faz cada vez mais presente, principalmente nas escolas e Universidades, tornando-se um objeto de estudo cada vez mais comum. Os indígenas, historicamente, lutam por visibilidade e pelo reconhecimento de suas culturas, neste sentido, o advento da Lei nº 11.645/2008 (BRASIL, 2008), que torna obrigatório a inclusão da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena no currículo oficial da rede de ensino, foi uma grande conquista destes povos. A Lei funciona como porta de entrada para o ensino de língua, história e cultura indígena nas escolas, bem como abre precedentes para a tão necessária revisão histórica.

Para Peres (2018), nas mãos dos escritores indígenas, a literatura se torna ferramenta fundamental de autoafirmação, autoexpressão, resistência e luta. Possibilitando assim, por meio da literatura, a denúncia da exclusão física (luta pela demarcação de terras, por exemplo) e simbólica (estereótipos). A leitura desse tipo de literatura acaba por oportunizar ao leitor conhecer mundos, culturas, saberes e pensamentos distintos, porém, não mais pelas vozes e escritas de terceiros, mas a partir do próprio indígena.

A importância da literatura de autoria indígena se dá, em especial, pelo fato de os(as) escritores(as) indígenas buscarem, por intermédio da produção literária, a autorrepresentação e a representação do grupo étnico a que pertencem. Parafraseando Conceição Evaristo (2005),

¹ Doutorando em Estudos de Linguagem pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem da Universidade Federal de Mato Grosso (PPGEL/UFMT). Mestre em Estudos de Linguagem (PPGEL/UFMT). E-mail: wesley020794@gmail.com.

ao versar sobre a importância desse tipo de produção, podemos dizer que os povos indígenas deixam de ser corpo do “outro”, isto é, deixam de ser um objeto a ser descrito para se impor como sujeito que descreve, a partir de uma subjetividade própria experimentada como nação indígena brasileira.

Peres (2018) destaca que a forma como o indígena foi/é representado na literatura consolidou um imaginário que persiste até os dias atuais, sobretudo aspectos negativos, reservando e impondo o espaço da floresta para esses povos. Dessa forma, as produções literárias de escritores(as) indígenas possibilitam que os mesmos não sejam, apenas, personagens estereotipados. Além disso, contribuem para a desconstrução dos estereótipos que foram consolidados na literatura acerca das personagens indígenas e, também, corroboram para que eles sejam sujeitos e objetos da própria escrita, por meio da qual se apresentam e representam as pessoas que pertencem ao seu grupo étnico.

Sá (2012) nos remete à história literária, enfatizando que, apesar de a literatura brasileira se valer da intertextualidade com a literatura indígena (oral, cantada, falada, ritualizada), esta ação não garantiu o compromisso com a causa indígena. Nesse sentido, a literatura de autoria indígena acaba por reeditar essa herança histórica que a isolou num lugar de não saber, de não pertença.

Além do exposto, é importante destacarmos que a literatura indígena faz vacilar os parâmetros canônicos, uma vez que, através de suas novas formas de construção (que envolvem a tradição oral, por exemplo), despolarizam a teoria literária baseada na tradição escrita (ALMEIDA; QUEIROZ, 2004).

Sulami Katy e *Meu lugar no mundo* (2005)

Sulami Katy nasceu em 3 de abril de 1978, em sua aldeia na Baía da Traição, localizada no litoral da Paraíba. Assim como todas as crianças potiguaras, passou a infância solta na natureza, brincando com animais. Ainda cedo, Sulami deixou a aldeia e mudou-se para a cidade de Campina Grande (PB) para estudar, e lá mora até hoje. Porém, sempre que pode, visita seu povo.

Segundo Munduruku (2005), potiguara significa *pescadores ou comedores de camarão*. O primeiro contato que os colonizadores portugueses tiveram com esse povo aconteceu em 1519. Os potiguaras tentaram resistir à colonização, chegando a se aliar com os franceses quando estes invadiram o Nordeste brasileiro. Atualmente há cerca de 3.500

potiguaras distribuídos no litoral da Paraíba; são considerados os únicos indígenas brasileiros que continuam no mesmo lugar desde 1.500.

Com a participação de Heloisa Prieto e Daniel Munduruku, *Meu lugar no mundo* se destaca pelo delicioso relato autobiográfico da jovem potiguara, que teve um convívio intenso com a natureza, os rituais sagrados, as palavras sábias do pajé, a arte de preparar o beiju, passada de geração em geração. A obra inicia com Sulami recebendo uma missão importante: ir à gigantesca São Paulo – um mundo completamente diferente do seu – para divulgar a cultura indígena. Nessa viagem, fez descobertas tão especiais, que teve até vontade de escrever sobre isso. Daí resolveu se debruçar sobre as palavras e pôs mãos à obra.

A obra de Sulami tem a *escrevivência* como motor criativo, ou seja, suas vivências conduzem explicitamente suas produções, sendo ela ao mesmo tempo objeto e sujeito de sua escrita. O termo *escrevivência* foi formulado por Conceição Evaristo para designar a escrita que nasce do cotidiano, das lembranças, da experiência de vida da própria autora e do seu povo. Evaristo (2008) afirma que a *escrevivência* permite o transbordamento da memória, conseqüentemente da história, preenchendo espaços antes vazios.

À luz do teórico da desconstrução, Jacques Derrida, podemos dizer que a produção de Sulami, bem como toda a produção literária indígena, fazem vacilar a instituição literatura, ou seja, abalam as estruturas do cânone literário. Isso porque tais produções transgridem as normas estabelecidas do que é chamado literatura e de quem pode produzi-las, transgridem o próprio lugar de fala, insistindo em conquistar um lugar que, historicamente, sempre foi negado.

Sulami inicia seu relato autobiográfico com uma noite de lua cheia e muito calor de sua infância na aldeia. Naquela noite, relata ter sido acordada por um sonho. Sonhou com uma imensa bola de fogo que caminhava no meio da floresta. Dentro dela havia alguém em profundo sofrimento. A bola aproximava-se dela, deixando-a paralisada, mas era um fogo que não queimava o corpo, mas que feria a alma. De repente, Sulami ouve alguém falar baixinho, era seu irmão caçula, Nahuri, que murmurava durante o sono, minutos depois acordou assustado e chorando de medo por causa de um pesadelo.

Nahuri relata seu pesadelo para sua irmã, que ficou surpresa ao descobrir que ele havia tido o mesmo pesadelo que ela. Sendo assim, ela decide explicar o pesadelo para seu irmão, valendo-se de uma história muito conhecida na aldeia e contada pelos mais velhos:

Esse foi um rapaz [...] que um dia resolveu que a aldeia era pequena demais para ele. E saiu por aí, abraçando o mundo, um belo índio que queria

namorar as moças da cidade. Ele acreditava que lá fora havia muitas coisas interessantes e quis partir. Mas o que aconteceu com ele foi horrível. Transformou-se num bêbado, um mendigo de rua. Infeliz e doente, o Albino não foi capaz de ter a humildade de voltar para sua casa. Preferiu se matar. [...] Nossa esperança era que ele tivesse sucesso e voltasse para a aldeia cheio de boas novidades. Agora, o Albino vive preso entre dois mundos. Seu espírito não se perdoa pelo mal que fez a si próprio, passa o tempo caminhando pelo mato, à procura de descanso. [...] Nós podemos andar pelo mundo inteiro, mas, querendo ou não, sempre precisamos retornar a nossas raízes. E, se algum de vocês sair daqui e for infeliz, volte para receber nossos cuidados e nossa sabedoria (KATY, 2005, p. 12).

Esse é apenas um dos trechos da obra em que a escritora demonstra uma das características da literatura de autoria indígena, a memória como pedra basilar de sua cultura e produção. A memória é uma ferramenta poderosa para a (re)afirmação do ser indígena frente ao preconceito de outros grupos social, política, cultural e economicamente hegemônicos (MUNDURUKU, 2017).

Munduruku (2017) ainda destaca que a memória faz conexão entre o presente e a tradição indígena, não como imutável, mas como dinâmica e aplicável ao presente para atualizar os repertórios e possibilitar novos sentidos, sendo transmitida de geração em geração pelo uso da palavra. Podemos ainda classificar esse fenômeno como *pós-memória*, a memória passada de geração em geração (HIRSCH, 1997).

Ainda sobre a memória, Hakiy (2018) destaca que o indígena brasileiro sempre usou a oralidade para transmitir seus saberes e, agora, ele pode usar outras tecnologias como mecanismos de transmissão. Aí está o papel da literatura indígena, produzida por escritores indígenas, que nasceram dentro da tradição oral, “que podem não viver mais em aldeias, mas que carregam em seu cerne criador um vasto sentido de pertencimento” (HAKIY, 2018, p. 38). Em outras palavras, os textos de autoria indígena buscam trazer essas memórias para reafirmar sua identidade, resistência e luta via literatura. Por meio da evocação da memória, a autora acaba por deixar no mundo seu traço inscrito, deslizando entre o espaço e o tempo, entre o passado e presente e se projetando no futuro, entre seus deslocamentos geográficos e sua permanência.

A memória também pode ser descrita como uma espécie de arquivo, cujos conteúdos estão em constante movimento, num devir constante. Numa leitura pós-colonial, podemos dizer que a evocação da memória na construção da obra literária de Sulami Katy articula-se diretamente com a resistência e (re)afirmação identitária do povo indígena.

A literatura indígena não se reduz ao texto pelo texto, haja vista que evoca a pertença, as experiências e os valores de quem escreve e do seu povo, tendo sentido mais amplo,

abarcando oralidade, cantos, danças e ritos. Concernente a isso, a escritora também descreve em sua obra ritos de seu povo. Por exemplo, descreve um ritual em que a aldeia simula a morte de um jovem, jogando-o no mar, mais tarde sua avó explica que o ritual tinha o objetivo de enganar a morte para que ela se afastasse da aldeia por um bom tempo.

Meu lugar no mundo é repleto de relatos memorialísticos, contados pelos mais velhos, e que foram passadas de geração em geração, memórias essas que até os dias atuais são preservadas e buscam reafirmar a identidade indígena, afinal “toda história antiga contém sementes que alimentam o espírito” (KATY, 2005, p. 23).

Na obra podemos identificar também as diferenças culturais entre os potiguaras e os não-índios. Fora da aldeia há uma construção social do que é considerado feminino e masculino, embora existam grupos que já avançaram bastante na desconstrução desse tipo de imposição, ainda é bastante forte esse tipo de ideia, o que parece não ocorrer na aldeia de Sulami Katy. Sua avó havia ganhado um casaco rosa-choque de uma professora que visitou a aldeia, mas quem usava o tal casaco era seu avô, ele dizia que era bom para caçar, pois protegia a pele dos espinhos e dos insetos. “O senhor endoidou, isso aí é casaco de mulher branca!” (KATY, 2005, p. 21), diziam seus companheiros de caça, e o mesmo respondia: “Desde quando cor de flor é de homem ou de mulher?” (KATY, 2005, p. 22). Demonstrando que a construção social de cores de homem ou de mulher não deveria existir na aldeia, esse binarismo heterocisnormativo é coisa dos não-índios.

Considerando que o papel do homem e da mulher é socialmente construído/imposto, e muda conforme a sociedade e o tempo histórico, podemos dizer que a cultura impõe práticas entendidas como femininas ou masculinas – performatividade – (BUTLHER, 2003). Sendo assim, podemos notar que a performatividade de gênero na aldeia de Sulami Katy ocorre de maneira diferente da imposta pela cultura dos não-índios, já que não há quase nenhuma diferenciação do que são roupas masculinas ou femininas, brincadeiras de meninos ou meninas, etc. Parece-nos que, na aldeia da escritora, o gênero de fato é algo que as pessoas são, e não aquilo que fazem.

Passemos agora aos relatos de viagem da escritora. Sua primeira viagem aconteceu quando ainda era criança, foi para uma escola numa cidade próxima da aldeia, chamada Campina Grande (PB). “Passei a morar ali com minha mãe. Mas não podia ficar longe de meu povo. Por isso, nos fins de semana e nas férias sempre voltava para eles” (KATY, 2005, p. 33).

Ela relata as diversas dificuldades que teve ao sair da aldeia para estudar na cidade. Mais uma vez sugere que a construção social do que é atribuído ao feminino e ao masculino

(performatividade) não existe em sua aldeia, ao passo que na cidade se viu compelida a se adaptar a essa imposição:

Na cidade, eu gostava mais das brincadeiras dos meninos, que eram mais parecidas com as nossas. Na aldeia, não existe muita divisão de brincadeiras entre meninos e meninas. Nadar no rio, subir em árvores, correr durante as caçadas são atividades naturais para nós (KATY, 2005, p. 34).

Outro aspecto que é narrado pela dificuldade de assimilação na cidade, foi o fato de os animais de estimação serem proibidos na escola, isso porque na aldeia a presença dos animais é constante em todos os ambientes. Ela tinha vários pássaros em casa e deixá-los na hora de ir para escola foi sofrido: “Gosto de vê-los a meu redor. Pássaros transmitem paz e alegria, numa sensação de leveza e liberdade. Desde pequena tive pássaros perto de mim. Mas quando comecei a estudar precisava deixá-los em casa” (KATY, 2005, p. 35). Também são narradas situações de preconceito: “Sofria quando riam dos meus brincos e roupas [...]” (KATY, 2005, p. 35).

As situações em que o povo da cidade, os não-índios, tratam Sulami Katy de forma hostil, desconsiderando totalmente a diversidade cultural, corroboram com Cunha (2012), ao passo que a forma como uma comunidade percebe outra, estrangeira, mostra os esquemas interpretativos em funcionamento na cultura de pertença, através das suas projeções, crenças, preconceitos. Funcionando também como denúncia do preconceito contra os indígenas no país, principalmente em relação àqueles que vivem na cidade, mas não só isso, haja vista que ao mesmo tempo em que a escritora relata essas situações, há também na obra uma evidente exaltação a tradição indígena e sua riqueza cultural (PERES, 2018).

Em um de seus retornos à aldeia, Sulami Katy ficou doente, tendo muita febre. Nesse dia ela teve uma visão. Era o Albino novamente, acenando para ela de dentro da bola de fogo e dizendo: “Você tem uma missão de paz. Você precisa sair para o mundo. E, quando isso acontecer, lembre-se de minhas palavras: ‘O verdadeiro heroísmo é compreender que, sem a união dos povos, nunca haverá vitórias reais’” (KATY, 2005, p. 38).

Mais tarde, o pajé da aldeia, considerado um líder espiritual e de profunda sabedoria foi visitá-la e disse: “Pequena, você tem uma missão, deve sair pelo mundo. [...] onde quer que você esteja, lá estaremos, ao lado de seus ancestrais” (KATY, 2005, p. 39).

Depois desses acontecimentos, Sulami Katy passou a sonhar com edifícios, carros e coisas da cidade. Então, o desejo de conhecer São Paulo, um desejo antigo de infância, começou a despertar. Foi então que sua aldeia foi convidada a participar de um evento

cultural que reunia vários povos indígenas em Campina Grande (PB). Foi nesse evento que ela conheceu Daniel Munduruku, um escritor indígena premiado. Ele a convidou para acompanhá-lo e ajudá-lo a dar palestras e divulgar as culturas indígenas.

Superando o medo de sair da aldeia, o medo de viajar de avião, o medo do desconhecido, ela aceita o convite e vai para São Paulo auxiliar Munduruku na divulgação das culturas indígenas. Chegando à cidade, ela descreve suas primeiras impressões:

Ao chegar em São Paulo vi que tudo era novo. A cidade era fria, e o frio era uma sensação desconhecida para mim. As ruas eram enormes e eu não via cavalos transitando por elas. O sol brilhava, mas não aquecia meu corpo; mesmo que eu passasse horas sob sua luz, minha pele conservava a mesma cor. A comida apresentava sabores novos para mim e, embora o gosto fosse bom, não saciava minha fome.

As casas eram bonitas, os muros muitas vezes cobertos de plantas lembravam os lugares que eu visitara nos sonhos.

Animais, estes eu só via quando me levavam aos parques, e todas as pessoas ali me faziam tantas perguntas... Sentia também muita curiosidade sobre a vida na cidade, então era divertido conversar sobre as diferenças (KATY, 2005, p. 53).

Sulami Katy já começava a sentir saudade da aldeia. Certa vez, trabalhando em um evento, muita gente perguntava sobre a sua maneira de viver na aldeia, muitas perguntas a faziam rir. Até que chegou um rapaz que perguntou à coordenadora do evento se poderia se aproximar dos índios. Ela respondeu que sim. Desconfiado, ele foi até Sulami e perguntou a ela se eles, os(as) indígenas, falavam. Então, ela respondeu:

Claro, se até papagaio fala, por que nós não haveríamos de falar?

Ele olhou abismado e explicou a indagação:

— Desculpe, é que eu não entendo nada de índio e achava que vocês só faziam aqueles barulhos diferentes!

— Aquilo não são barulhos, moço, é apenas uma outra língua.

[...] É muito triste pensar que ainda somos vistos como gente ignorante. (KATY, 2005, p. 54-55).

Mais uma vez a viagem demonstra como os não-índios ainda nutrem estereótipos negativos acerca dos indígenas. Hakiy (2018) destaca que o indígena deve ser pensado como um indivíduo que está inserido na sociedade – logicamente sem desconsiderar que também faz parte de uma cultura que tem sua singularidade –, que pode ser e agir como qualquer outro indivíduo, sem esquecer sua cultura originária.

Para Angela Davis (2016), esses estereótipos imperam na cabeça da branquitude e não os deixa enxergar para além dos valores negativos historicamente atribuídos aos povos

colocados à margem, fazendo com que suas vidas sejam menos valiosas e, sobretudo perigosas, definindo a eles um lugar e fazendo a violência contra seus corpos “justificável”. Dificilmente esses povos são colocados como sujeitos políticos, com isso a literatura se apresenta como arma de luta, resistência e denúncia.

Após esse evento, Sulami Katy volta para Campina Grande (PB) para continuar os estudos. Para ela, aprender a ler e escrever é o que mais apreciou ao sair da aldeia, pois isso possibilita viagens entre mundos, pois através da leitura é possível conhecer outros povos, culturas, mundos. E assim termina sua obra:

Escrever estas páginas é como permitir que a árvore que foi plantada dentro de mim floresça. Pelas minhas lembranças, espero que vocês conheçam e amem nossos povos, aprendendo ao menos um pouco de tudo o que eles ainda têm a nos ensinar (KATY, 2005, p. 59).

Pudemos notar que a ancestralidade está sempre presente na literatura indígena e ela diferencia-se de outras literaturas, pois carrega um povo, uma história de vida, identidades, espiritualidades (KAMBEBA, 2018). Para Munduruku (2018), a literatura indígena reforça e acrescenta ao repertório tradicional outros acontecimentos e fatos que atualizam o pensar ancestral, valendo-se da escrita como uma nova tecnologia, com o objetivo de manter as memórias vivas, além de ser também uma forma contemporânea de a ancestralidade se mostrar viva e fundamental para os dias atuais.

Não podemos deixar de destacar que as produções literárias de Sulami Katy, bem como de outros(as) escritores(as) indígenas, também são documentos históricos e de luta, que nos oportunizam refletir acerca dos povos indígenas, dos preconceitos e estereótipos que estes ainda sofrem nos dias atuais, problematizando a imagem estereotipada do índio e estabelecendo outros cenários dinâmicos para as culturas indígenas. Ampliando assim os espaços de luta política pela representação literária (BONIN, 2012).

Considerações finais

A literatura indígena não é um fim em si mesma, mas um meio para uma intervenção política de resistência, luta e de valorização das diferenças, convidando-nos a refletir a partir de sua condição como minoria social. Atualmente, Sulami Katy é lida como parte de um grupo de escritores da denominada literatura marginal; inserir esse debate no meio acadêmico contribui para o alargamento dos limites do cânone, para seu transbordamento.

Na obra *Meu lugar no Mundo* (2005), a escritora parece colocar em movimento outras possibilidades para pensar a vida indígena, pois através da sua narrativa autobiográfica somos convidados a voltar nossos olhos à vida daqueles que, em geral, observam os índios com as lentes eurocêntricas. Isto é, pudemos observar como os não-índios, ainda nos dias atuais, nutrem estereótipos negativos acerca dos índios, colocando suas culturas em posição de inferioridade.

Assim, podemos dizer que a literatura é uma ferramenta potencializadora, pois permite representar aqueles, cuja história lhes disse, que não existiam, ela rompe com a ideia de não existência, restituindo-lhes a voz que foi roubada.

Referências

ALMEIDA, Maria Inês de; QUEIROZ, Sônia. *Na captura da voz – as edições da narrativa oral no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica; FALE/UFMG, 2004.

BONIN, Iara Tatiana. Literatura infantil de autoria indígena: diálogos, mesclas, deslocamentos. *Currículo sem Fronteiras*, v.12, n.1, pp. 36-52, Jan/Abr 2012.

BRASIL. Lei nº 11.645. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, 2008.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero*. Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

CUNHA, Paula Cristina Ribeiro da Rocha de Moraes. Apontamentos teóricos sobre literatura de viagens. *Revista Caracol/Dossiê*. UFPA, p. 152 – 174, 2012.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

DERRIDA, Jacques. *Essa estranha instituição chamada literatura: uma entrevista com Jacques Derrida*. Tradução de Marileide Dias Esqueda. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

EVARISTO, Conceição. Da representação à auto-apresentação da Mulher Negra na Literatura Brasileira. *Revista Palmares*. Brasília/DF, ano 01, n. 01, 2005.

EVARISTO, Conceição. Escrivivências da afro-brasilidade: história e memória. *Releitura*, Belo Horizonte, n. 23, p. 1-17, 2008.

HAKIY, Tiago. Literatura indígena - a voz da ancestralidade. In: DORRICO, Julie; DANNER, Leno Francisco; CORREIA, Heloisa Helena Siqueira; DANNER, Fernando

(Orgs.). *Literatura indígena brasileira contemporânea: criação, crítica e recepção*. Porto Alegre, RS: Editora Fi, p. 37-38, 2018.

HIRSCH, Marianne. *Family frames: photography, narrative, and postmemory*. Cambridge: Harvard University Press, 1997.

KAMBEBA, Literatura indígena: da oralidade à memória escrita. In: DORRICO, Julie; DANNER, Leno Francisco; CORREIA, Heloisa Helena Siqueira; DANNER, Fernando (Orgs.). *Literatura indígena brasileira contemporânea: criação, crítica e recepção*. Porto Alegre, RS: Editora Fi, p. 39-44, 2018.

KATY, Sulami. *Meu lugar no mundo*. 1. Ed. São Paulo: Ática, 2005.

MUNDURUKU, Daniel. *Mundurukando 2: sobre vivências, piolhos e afetos: roda de conversa com educadores*. São Paulo: UK'A Editorial, 2017.

_____. Nosso lugar no mundo. In: KATY, Sulami. *Meu lugar no mundo*. 1. Ed. São Paulo: Ática, p. 60-61, 2005.

PERES, Julie Stefane Dorrico. A leitura da literatura indígena: para uma cartografia contemporânea. *Revista Igarapé*, Porto Velho (RO), v.5, n.2, p. 107-137, 2018.

SÁ, Lúcia. *Literatura da floresta: textos amazônicos e cultura latino-americana*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.

SEIXO, Maria Alzira. Temática, pragmática ou poética? In: _____. *Poéticas da viagem na literatura*. Lisboa: Edições Cosmos, p. 11-40, 1998.

MEMORIES OF AN INDIGENOUS WOMAN: A READING OF SULAMI KATY'S INDIGENOUS LITERATURE

ABSTRACT

Sulami Katy is an indigenous writer who, in her children's work, *Meu lugar no mundo* (2005), brings autobiographical accounts of various elements of her culture and two trips made by her. Thus, we are invited to turn our eyes to those who, in general, observe the Indians with the Eurocentric lenses. In addition, his work allows us to glimpse issues of gender and race in comparison to indigenous and non-indigenous culture, also highlighting the memory as the cornerstone of its literary construction, aiming at the (re)affirmation of identity, resistance and struggle.

Keywords: Memory. Gender. Race. Indigenous Literature.

Recebido em: 17/9/2020

Aceito em: 17/12/2020